

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
EDITAL
CARGO DE PROFESSOR DOUTOR – MS-3.1

O Diretor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, através da Secretaria Geral, torna pública a abertura de inscrições para o concurso público de provas e títulos, para provimento de 1 (um) cargo de Professor Doutor, nível MS-3.1, em RTP, com opção preferencial para o RDIDP, nos termos do item 2, na Áreas de Política e Planejamento Econômico, nas disciplinas CE 853 - Economia do Setor Público e na Área de Economia Brasileira, na disciplina CE 593 - Economia Brasileira Contemporânea II, do Departamento de Política e História Econômica do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

1. DO REQUISITO MÍNIMO PARA INSCRIÇÃO

1.1. Poderá se inscrever no concurso o candidato que, no mínimo, seja portador do Título de Doutor.

2. DO REGIME DE TRABALHO

2.1. Nos termos do artigo 109 do Estatuto da UNICAMP, o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) é o regime preferencial do corpo docente e tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e para a difusão de ideias e conhecimento para a comunidade.

2.2. Ao se inscrever no presente concurso público o candidato fica ciente e concorda que, no caso de admissão, poderá ser solicitada, a critério da Congregação da Unidade, a apresentação de plano de pesquisa, que será submetido à Comissão Permanente de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – CPDI – para avaliação de possível ingresso no Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa – RDIDP.

2.3. O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) está regulamentado pela Deliberação CONSU-A-02/01, cujo texto integral está disponível no sítio:

http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?consolidada=S&id_norma=2684.

2.4. O aposentado na carreira docente aprovado no concurso público somente poderá ser admitido no Regime de Turno Parcial (RTP), vedada a extensão ao Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), conforme Deliberação CONSU-A-08/2010.

2.5. A remuneração inicial para o cargo de Professor Doutor, MS-3.1, da Carreira do Magistério Superior é a seguinte:

- a) RTP – R\$ 1.592,14
- b) RTC – R\$ 4.041,51
- c) RDIDP – R\$ 9.185,10

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições deverão ser feitas de forma presencial pelo candidato ou por seu procurador (procuração simples) nos dias úteis compreendidos dentro do prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do primeiro dia útil subsequente ao da publicação deste edital no Diário Oficial do Estado – DOE –, no horário das 9h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00, na Secretaria da(o) Instituto de Economia, situada(o) na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Barão Geraldo.

Endereço: Rua Pitágoras, 353.

3.1.1. Não serão admitidas inscrições enviadas via postal, via fac-símile ou correio eletrônico, nem inscrições condicionais ou apresentadas fora do prazo estabelecido.

3.2. No momento da inscrição deverá ser apresentado requerimento dirigido ao Diretor do Instituto de Economia contendo nome, domicílio e profissão, acompanhado dos seguintes documentos:

a) prova de que é portador do título de doutor de validade nacional. Para fins de inscrição, o candidato poderá apresentar apenas a Ata da defesa de sua Tese de Doutorado, ou documento oficial equivalente, sendo que a comprovação do título de Doutor será exigida por ocasião da admissão. O candidato que tenha obtido o título de Doutor no exterior, caso aprovado, deverá obter, durante o período probatório, o reconhecimento do referido título para fins de validade nacional, sob pena de demissão;

b) documento de identificação pessoal, em cópia;

c) sete exemplares de memorial, com o relato das atividades realizadas e a comprovação dos trabalhos publicados e demais informações, que permitam avaliação dos méritos do candidato, a saber:

c.1. títulos universitários;

c.2. curriculum vitae et studiorum;

c.3. atividades científicas, didáticas e profissionais;

c.4. títulos honoríficos;

c.5. bolsas de estudo em nível de pós-graduação;

c.6. cursos frequentados, congressos, simpósios e seminários dos quais participou.

d) um exemplar ou cópia de cada trabalho ou documento mencionado no memorial;

3.2.1. O memorial poderá ser aditado, instruído ou completado até a data fixada para o encerramento das inscrições.

3.2.2. O candidato portador de necessidades especiais, temporária ou permanente, que precisar de condições especiais para se submeter às provas deverá solicitá-las por escrito no momento da inscrição, indicando as adaptações de que necessita.

3.3. Recebida a documentação e satisfeitas as condições do edital, a Secretaria da Unidade encaminhará o requerimento de inscrição com toda a documentação ao Diretor do Instituto de Economia, que a submeterá ao Departamento ou a outra instância competente, definida pela Congregação da Unidade a que estiver afeta a(s) área(s) em concurso, tendo este o prazo de 15 dias para emitir parecer circunstanciado sobre o assunto

3.3.1. O parecer de que trata o subitem anterior será submetido à aprovação da Congregação da Unidade, instância que deliberará sobre o deferimento de inscrições.

3.3.2. A Unidade divulgará no sítio www.eco.unicamp.br/ a deliberação da Congregação referente às inscrições e composição da Comissão Julgadora.

3.4. Os candidatos que tiveram os requerimentos de inscrição deferidos serão notificados a respeito da composição da Comissão Julgadora e seus suplentes, bem como do calendário fixado para as provas e do local de sua realização, por meio de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado e divulgado no sítio www.eco.unicamp.br/, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias úteis do início das provas.

3.5. O prazo de inscrição poderá ser prorrogado, a critério da Unidade, por igual período, devendo ser publicado no Diário Oficial do Estado até o dia do encerramento das inscrições.

3.6. A critério da Unidade, o prazo de inscrições poderá ser reaberto, por igual período, até o final do dia útil imediatamente posterior ao do encerramento das inscrições.

4. DA COMISSÃO JULGADORA

4.1. A Comissão Julgadora será constituída de 05 (cinco) membros titulares e 02 (dois) suplentes, portadores, no mínimo, do Título de Doutor, cujos nomes serão aprovados pela Congregação da Unidade, e sua composição deverá observar os princípios constitucionais, em particular o da impessoalidade.

4.1.1. Pelo menos dois membros da Comissão Julgadora deverão ser externos à Unidade ou pertencer a outras instituições.

4.2. Caberá à Comissão Julgadora examinar os títulos apresentados, conduzir as provas do concurso e proceder às arguições a fim de fundamentar parecer circunstanciado, classificando os candidatos.

4.3. A Comissão Julgadora será presidida pelo membro da Unidade com a maior titulação. Na hipótese de mais de um membro se encontrar nesta situação, a presidência caberá ao docente mais antigo na titulação.

5. DAS PROVAS

5.1. O concurso constará das seguintes provas

- a) prova escrita (peso 2);
- b) prova de títulos (peso 3);
- c) prova de arguição (peso 2);
- d) prova didática (peso 3);

5.2. Na definição dos horários de realização das provas será considerado o horário oficial de Brasília/DF.

5.2.1. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora fixada para o seu início.

5.2.2. Não será admitido o ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o seu início.

5.3. O não comparecimento às provas, por qualquer que seja o motivo, caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do certame.

Prova escrita

5.5. A prova escrita versará sobre assunto de ordem geral e doutrinária, relativa ao conteúdo do programa das disciplinas ou conjunto de disciplinas em concurso.

5.5.1. No início da prova escrita, a Comissão Julgadora fará a leitura da(s) questão(ões), concedendo o prazo de 60 (sessenta) minutos para que os candidatos consultem seus livros, periódicos ou outros documentos bibliográficos, na forma impressa.

5.5.2. Findo o prazo estabelecido no item 5.5.1. não será mais permitida a consulta de qualquer material, e a prova escrita terá início, com duração de 04 (quatro) horas para a redação da(s) resposta(s).

5.5.3. As anotações efetuadas durante o período de consulta previsto no item 5.5.1 poderão ser utilizadas no decorrer da prova escrita, devendo ser rubricadas por todos os membros da Comissão Julgadora e anexadas na folha de resposta.

5.5.4. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova escrita.

Prova de títulos

5.7. Na prova de títulos a Comissão Julgadora apreciará o memorial elaborado e comprovado pelo candidato no ato da inscrição.

5.7.1. Os membros da Comissão Julgadora terão o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para emitir o julgamento da prova de títulos.

5.7.2. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) à prova de títulos.

Prova de arguição

5.8. Na prova de arguição o candidato será interpelado pela Comissão Julgadora sobre a matéria do programa da disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso e/ou sobre o memorial apresentado na inscrição.

5.8.1. Na prova de arguição cada integrante da Comissão Julgadora disporá de até 30 (trinta) minutos para arguir o candidato que terá igual tempo para responder às questões formuladas.

5.8.2. Havendo acordo mútuo, a arguição poderá ser feita sob a forma de diálogo, respeitando, porém, o limite máximo de 01 (uma) hora para cada arguição.

5.8.3. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Prova didática

5.9. A prova didática versará sobre o programa de disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso (Anexo I) e nela o candidato deverá revelar cultura aprofundada no assunto.

5.9.1. A matéria para a prova didática será sorteada com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, de uma lista de 10 (dez) pontos, organizada pela Comissão Julgadora.

5.9.2. A prova didática terá duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, e nela o candidato desenvolverá o assunto do ponto sorteado, vedada a simples leitura do texto da aula, mas facultando-se, com prévia aprovação da Comissão Julgadora, o emprego de roteiros, apontamentos, tabelas, gráficos, diapositivos ou outros recursos pedagógicos utilizáveis na exposição.

5.9.3. Ao final da prova, cada examinador atribuirá ao candidato nota de 0 (zero) a 10 (dez).

5.10. As provas orais do presente concurso público serão realizadas em sessão pública. É vedado aos candidatos assistir às provas dos demais candidatos.

5.11. A Comissão Julgadora poderá ou não descontar pontos quando o candidato não atingir o tempo mínimo ou exceder o tempo máximo pré-determinado para as provas didática e de arguição.

6. DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROVAS

6.1. As provas de títulos, arguição, didática, escrita terão caráter classificatório.

6.2. Ao final de cada uma das provas previstas no subitem 5.1. deste edital, cada examinador atribuirá ao candidato uma nota de 0 (zero) a 10 (dez).

6.2.1. As notas de cada prova serão atribuídas individualmente pelos integrantes da Comissão Julgadora em envelope lacrado e rubricado, após a realização de cada prova e abertos ao final de todas as provas do concurso em sessão pública.

6.2.2. Caso a prova escrita não tenha caráter eliminatório, a nota atribuída nesta prova deverá ser divulgada no final do concurso, nos termos do subitem 6.2.1.

6.3. A nota final de cada examinador será a média ponderada das notas atribuídas por ele ao candidato em cada prova.

6.3.1. Cada examinador fará uma lista ordenada dos candidatos pela sequência decrescente das notas finais. O próprio examinador decidirá os casos de empate, com critérios que considerar pertinentes.

6.3.2. As notas finais serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, se inferior a cinco e aumentando-se o algarismo da casa decimal para o número subsequente, se o algarismo da ordem centesimal for igual ou superior a cinco.

6.4. A Comissão Julgadora, em sessão reservada, depois de divulgadas as notas e apurados os resultados, emitirá parecer circunstanciado sobre o resultado do concurso justificando a indicação feita, do qual deverá constar tabela e/ou textos contendo as notas, as médias e a classificação dos candidatos. Também deverão constar do relatório os critérios de julgamento adotados para avaliação de cada uma das provas. Todos os documentos e anotações feitas pela Comissão Julgadora para atribuição das notas deverão ser anexados ao processo do concurso público.

6.4.1. Ao relatório da Comissão Julgadora poderão ser acrescentados relatórios individuais de seus membros.

6.5. O resultado do concurso será imediatamente proclamado pela Comissão Julgadora em sessão pública.

6.5.1. Serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem, da maioria dos examinadores, nota final mínima sete.

6.5.2. A relação dos candidatos habilitados é feita a partir das listas ordenadas de cada examinador.

6.5.3. O primeiro colocado será o candidato que obtiver o maior número de indicações em primeiro lugar na lista ordenada de cada examinador.

6.5.4. O empate nas indicações será decidido pela Comissão Julgadora, prevalecendo sucessivamente a maior média obtida na prova didática e a maior média obtida na prova de títulos. Persistindo o empate a decisão caberá, por votação, à Comissão Julgadora. O Presidente terá voto de desempate, se couber.

6.5.5. Excluindo das listas dos examinadores o nome do candidato anteriormente selecionado, o próximo classificado será o candidato que obtiver o maior número de indicações na posição mais alta da lista ordenada de cada examinador.

6.5.6. Procedimento idêntico será efetivado subsequentemente até a classificação do último candidato habilitado.

6.6. As sessões de que tratam os itens 6.2.1 e 6.5 deverão se realizar no mesmo dia em horários previamente divulgados.

6.7. O parecer da Comissão Julgadora será submetido à Congregação do Instituto de Economia, que só poderá rejeitá-lo em virtude de vícios de ordem formal, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros presentes.

6.8. O resultado final do concurso será submetido à apreciação da Câmara Interna de Desenvolvimento de Docentes (CIDD), e encaminhada à Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) para deliberação.

6.9. A relação dos candidatos aprovados será publicada no Diário Oficial do Estado, com as respectivas classificações.

7. DA ELIMINAÇÃO

7.1. Será eliminado do concurso público o candidato que:

- a) Deixar de atender às convocações da Comissão Julgadora;
- b) Não comparecer ao sorteio do ponto da prova didática;
- c) Não comparecer a qualquer uma das provas, exceto a prova de títulos.

8. DO RECURSO

8.1. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado do concurso, exclusivamente de nulidade, ao Conselho Universitário, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação prevista no item 6.9 deste edital.

8.1.1. O recurso deverá ser protocolado na Secretaria Geral da UNICAMP.

8.1.2. Não será aceito recurso via postal, via fac-símile ou correio eletrônico.

8.1.3. Recursos extemporâneos não serão recebidos.

8.2. O resultado do recurso será divulgado no sítio eletrônico da Secretaria Geral da UNICAMP (www.sg.unicamp.br)

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais o candidato não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.

9.2. As convocações, avisos e resultados do concurso serão publicados no Diário Oficial do Estado e estarão disponíveis no sítio www.eco.unicamp.br/, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato o seu acompanhamento.

9.3. Se os prazos de inscrição e/ou recurso terminarem em dia em que não há expediente na Universidade, no sábado, domingo ou feriado, estes ficarão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente.

9.4. O prazo de validade do concurso será de 1(um) ano, a contar da data de publicação no Diário Oficial do Estado da homologação dos resultados pela CEPE, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

9.4.1. Durante o prazo de validade do concurso poderão ser providos os cargos que vierem a vagar, para aproveitamento de candidatos aprovados na disciplina ou conjunto de disciplinas em concurso.

9.5. A critério da Unidade de Ensino e Pesquisa, ao candidato aprovado e admitido poderão ser atribuídas outras disciplinas além das referidas na área do concurso, desde que referentes à área do concurso ou de sua área de atuação.

9.6. O candidato aprovado e admitido somente será considerado estável após o cumprimento do estágio probatório, referente a um período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual será submetido à avaliação especial de desempenho, conforme regulamentação prevista pela Universidade.

9.7. Até 60 (sessenta) dias após a publicação da homologação do concurso o candidato poderá solicitar a retirada dos memoriais (item 3.2. "c" e "d") entregues no ato da inscrição e que não foram utilizados pela Comissão Julgadora, mediante requerimento protocolado na Secretaria do Instituto de Economia. Após este prazo, se não retirados, os memoriais serão descartados.

9.8. O presente concurso obedecerá às disposições contidas na Deliberação CONSU-A-30/13.

9.8.1. Cópia da Deliberação CONSU-A-30/13 poderá ser obtida no sitio www.sg.unicamp.br ou junto à Secretaria do Instituto de Economia, que poderá prestar quaisquer outras informações relacionadas ao concurso público.

9.9. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou Aviso a ser publicado.

9.10. Qualquer alteração nas regras de execução do concurso deverá ser objeto de novo Edital.

Anexo I – Programas das Disciplinas

CE 853 - Economia do Setor Público

1. Visões sobre a intervenção estatal
 - 1.1. Papel do Estado
 - 1.2. Evolução do gasto e da tributação
2. Teoria Macroeconômica e Política Fiscal
 - 2.1. Evolução: linhas gerais
 - 2.2. Teoria keynesiana
 - 2.3. A velha síntese neoclássica e a crítica monetarista
 - 2.4. Novos-clássicos
 - 2.4.1. interação entre política fiscal e política monetária
 - 2.4.2. equivalência ricardiana
 - 2.4.3. contração fiscal expansionista
 - 2.5. O novo consenso
 - 2.6. Novo consenso: gasto, dívida e regras fiscais
 - 2.6.1. Sustentabilidade da dívida pública
 - 2.6.2. Regras fiscais.
 - 2.7. Crise econômica: revisão da política fiscal?
3. Financiamento Tributário
 - 3.1. Questões gerais
 - 3.2. A tributação indireta: uso do IVA
4. Sistema Tributário e Financiamento Fiscal
 - 4.1. As reformas dos anos sessenta e a evolução da carga tributária
 - 4.2. Sistema tributário: evolução e condições atuais.
 - 4.3. Tributação indireta e financiamento social
 - 4.4. Sistema de Partilha

5. Déficit e Dívida pública

- 3.3. Conceitos de Déficit Público: NFSP e Resultado do Tesouro Nacional
- 3.4. Dívida Pública: aspectos financeiros e macroeconômicos
- 3.5. Renegociação da dívida estadual

6. Gasto Público e Processo Orçamentário

- 3.6. Visão geral
- 3.7. Aspectos Institucionais
- 3.8. Gestão Fiscal: da Lei 4320 à LRF:
- 3.9. Previdência: reforma e condições recentes.

7. Política fiscal No Brasil: da estabilização à expansão

- 3.10. Governos FHC e Lula
- 3.11. Evolução das contas públicas

Investimento Público

CE 593 – Economia Brasileira Contemporânea II

Introdução – O Cenário Econômico da Primeira Metade dos Anos 1980

1. Choques externos, política recessiva e desempenho macroeconômico
2. Os setores público e privado na fase do ajuste
3. O debate sobre a natureza do superávit comercial
4. Aceleração inflacionária

Parte I – Restrição Externa, Semi-Estagnação e Inflação (1985-1989)

1. As Diferentes Interpretações sobre o Processo Inflacionário
2. Os Planos Heterodoxos de Estabilização do Governo Sarney.
3. Moeda Indexada e Crise Monetária
4. Restrição Externa e Estagnação

Parte II – Reinserção Financeira, Reformas e Estabilização (1990-1994)

1. A Reinserção Financeira da Periferia
2. Reformas Estruturais: Abertura Comercial, Abertura Financeira, Desregulamentação e Privatizações
3. A Tentativa de Estabilização do Governo Collor
4. A Estabilidade da Moeda: o Plano Real

Parte III – Estabilidade com Baixo Crescimento: Tópicos Seleccionados (1994-2002)

1. O Balanço de Pagamentos e os Determinantes da Crise de Ancoragem Cambial
2. Reestruturação Produtiva
3. Abertura Financeira e Financiamento
4. Finanças do Setor Público
5. Desestatização e o Novo Marco de Regulação
6. Mercado de trabalho, políticas sociais e distribuição de renda
7. Crise e o novo regime de política econômica: Câmbio Flutuante, Metas Inflacionárias e Superávit Primário. O Papel do FMI

Parte IV – A recuperação da economia brasileira no ciclo de expansão internacional (2003-2008)

1. O cenário internacional e a recuperação econômica
2. Política monetária, política cambial e inflação
3. Política fiscal e superávit primário
4. Recuperação econômica e balanço de pagamentos no período recente
5. A questão produtiva
6. Recuperação econômica, distribuição de renda e pobreza

Parte V – A crise econômica global e as perspectivas da economia brasileira

Anexo II - Bibliografia

CE 853 - Economia do Setor Público

AFONSO, J. R. (2012). Keynes, crise e política fiscal, Saraiva, São Paulo.

- AFONSO, J.R.R. et al. (2006). A verdadeira Carga Pesada no Brasil. *Rio Estudos*, Publicação da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Secretaria Especial de Comunicação Social, n. 207.
- AFONSO, J. R. R.; BIASOTO Jr., G. (2009). Por que não investimento público com gestão privada? In: BIASOTO Jr., G.; NOVAIS, L. F.; PENIDO DE FREITAS, M. C. (Org.). *Panorama das Economias Internacional e Brasileira: dinâmica e impactos da crise global*. 1 ed. São Paulo: Fundap. Disponível em: <http://debatesfundap.blogspot.com.br/2009/11/livro-panorama-das-economias.html>.
- AFONSO, J. R.; SOARES, J. M.; CASTRO, K. P. (2013). *Avaliação de estrutura e desempenho do sistema tributário brasileiro*. Washington: BID, DP 265. Disponível em: <http://publications.iadb.org/handle/11319/5706?locale-attribute=en>.
- ARESTIS, P. (2009). Fiscal Policy within the "New consensus Macroeconomics" Framework. In: CRELL, J.; SAWYER, M. *Current Thinking on Fiscal Policy*. Palgrave Macmillan.
- BARRO, R. (1989). The Ricardian approach to budget deficits. *Journal of Economics Perspectives*, v. 3, n. 2.
- BARRO, R. J. (1974). Are government bonds net wealth? *Journal of Political Economy*, Nov./Dec.
- BIASOTO JÚNIOR, G. (2011). Setor Público: por uma visão mais abrangente da sustentabilidade fiscal, In: BIASOTO JÚNIOR, G.; PALMA E SILVA, L.A. (Org.). *Políticas Públicas em Questão*, Fundap. p. 89-106. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.fundap.sp.gov.br%2Farquivos%2Fpdf%2FDEBATE%2F25202_Politic%2F2520Publicas%2520em%2520Questao.pdf&ei=fv6VU_D1FKWZ8gHrnYFQ&usg=AFQjCNGu1PC7gTivtG1KUEInme0jUSvl6w&bvm=bv.68693194,bs.1,d.cGU&cad=rja.
- BIASOTO JÚNIOR, Geraldo; HIGA, A. P. (2006). Superávit Primário: Hipóteses Teóricas e a Vitória das Razões do Mercado. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ECONOMIA POLÍTICA, 11, SEP, Vitória. *Anais...*
- BIASOTO JÚNIOR, Geraldo (Org.); PERCIVAL, M. (Org.). (2006). *Política Fiscal e Desenvolvimento no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp.
- BLANCHARD, O.; DELL'ARICCIA, G.; MAURO, P. (2010). *Rethinking macroeconomic policy*. IMF Staff Position Note, Feb. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&sqi=2&ved=0CCkQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.imf.org%2Fexternal%2Fpubs%2Fft%2Fspn%2F2010%2Fspn1003.pdf&ei=CQGWU67hIuPB8QGn5ICQCQ&usg=AFQjCNFJnqD7W_mlohOBI4_G4IT5Uu1mAw&bvm=bv.68693194,bs.1,d.cGU.
- CUDDINGTON, J.T. (1996) Analysing the Sustainability of Fiscal Deficits in Developing Countries. Washington: Georgetown University. Economics Department. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Finside.mines.edu%2F~jcudding%2Fpapers%2FSustain%2FSustainability%289.3.99%29.pdf&ei=2QGWU-XTOIfL8wG4vYGoAw&usg=AFQjCNFAMrMwCBg9ifb1em1kProfz9pFmQ&bvm=bv.68693194,bs.1,d.cGU>.
- FAGNANI, E. (2008). *Previdência Social e Desenvolvimento Econômico*. Campinas: IE-Unicamp. (Texto para Discussão n. 140). Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1770&tp=a>.
- FONTANA, G. (2009). Fiscal policy in today's endogenous money world. In: CREEL, J.; SAWYER, M. (Ed.). *Current thinking on fiscal policy*. Palgrave Macmillan, 2009.
- GIAVAZZI, F.; PAGANO, M. *Non-Keynesian effects of fiscal policy changes: international evidence and the Swedish experience*. Cambridge, Mass.: National Bureau of Economic Research, 1995. (NBER Working Paper n. 5332). Disponível em: www.nber.org.
- GIAVAZZI, F.; PAGANO, M. Can severe fiscal contraction be expansionary? In: BLANCHARD, O.; FISCHER, S. (Ed.). *NBER Macroeconomics Annual 1990*. 1990. p. 75-122. Disponível em: <http://www.nber.org/chapters/c10973.pdf>.

- GOBETTI, S.; SCHETTINI, B. (2010). *Dívida Líquida e Dívida Bruta: uma Abordagem Integrada para Analisar a Trajetória e o custo do endividamento Brasileiro*. IPEA. (Texto para discussão, 1514). Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CDcQFjAD&url=http%3A%2F%2Frepositorio.ipea.gov.br%2Fbitstream%2F11058%2F1367%2F1%2FTD_1514.pdf&ei=IgeWU_uAFs2yyAT0x4DIBQ&usg=AFQjCNGjZMEpyP2ohxMT2i-ol-I_7fBfA&bvm=bv.68693194,bs.1,d.cGU&cad=rja.
- HIGA, A.P.; AFONSO, J.R.R. (2009). *Algumas inter-relações da política fiscal com a monetária, cambial e creditícia no Brasil*. Brasília: Centro de Estudos da Consultoria do Senado Federal. (Texto para Discussão, 69). Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww12.senado.gov.br%2Fpublicacoes%2Festudos-legislativos%2Ftipos-de-estudos%2Ftextos-para-discussao%2Ftd-66-algumas-inter-relacoes-da-politica-fiscal-com-a-monetaria-cambial-e-credicia-no-brasil&ei=pQeWU_2FHsmVyAS3-4KIDg&usg=AFQjCNGD7UVPCPkZzVV7eBeYyUk6CO2SWA&bvm=bv.68693194,bs.1,d.cGU&cad=rja.
- IPEA (2010). *Macroeconomia para o Desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego*. Livro 4. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/Livro_macroeconomia_desenvol.pdf.
- IPEA (2009). *Carga Tributária Líquida e Efetiva Capacidade do Gasto Público no Brasil*. Brasília, jul. (Comunicado da Presidência, n. 23). Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCUQFjAA&url=http%3A%2F%2Flaurocampos.org.br%2Fportal%2Fimages%2Fstories%2Fdocumentos%2FComunicaPresi_23_CargaTributaria.pdf&ei=cQiWU9jKNdWxyATK7oDQAQ&usg=AFQjCNFVAMEHzfUGdPk6COOza7awlDoA&bvm=bv.68693194,bs.1,d.cGU&cad=rja.
- IZE, A. (1999). Mensuração do Desempenho Fiscal nos Programas Apoiados pelo FMI : algumas questões metodológicas. In: BLEGER, M.; CHEASTY, A. (Org). *Como medir o déficit público: questões analíticas e metodológicas*. Brasília, STN.
- SUTHERLAND, D.; PRICE, Robert; JOUMARD, Isabelle (2005). *Fiscal Rules for Sub central Governments - design and impact*. OCDE. (Economics Department Working Paper, n. 465). Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CD AQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.oecd.org%2Fctp%2Ffederalism%2F37388379.pdf&ei=6wmWU55eqZXxAarNgMAB&usg=AFQjCNGzNWpeJ9laIt9BEQnr7pvCleJ3Rg&bvm=bv.68693194,bs.1,d.cGU&cad=rja>.
- KOPITS, G. (Ed.). (2004). *Rules-based fiscal policy in emerging markets: background, analysis and prospects*. Palgrave Macmillan, International Monetary Fund.
- KOPITS, G. (2001). Fiscal Rules: Useful Policy Framework or unnecessary Ornament? FMI, Sept. (Working Papers, n. 145). Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.imf.org%2Fexternal%2Fpubs%2Fft%2Fwp%2F2001%2Fwp01145.pdf&ei=dwuWU4q7C8WU8QHUn4D4Aw&usg=AFQjCNG6RNjdrf3ha-3gdPYSgryF-ZgFkg&bvm=bv.68693194,bs.1,d.cGU&cad=rja>.
- KREGEL, J. A. (1985). Budget deficits stabilization policy and liquidity preference: Keynes's post-war policy proposals. In: VICARELLI, F. (Ed.). *Keynes's relevance today*. Macmillan.
- LIMA, E.C.P.; MIRANDA, R.B. (2006). O processo orçamentário federal brasileiro. In: MENDES, M. *Gasto Público Eficiente*. Fundação Braudel. Topbooks. Maiores informações em: <http://pt.braudel.org.br/publicacoes/livros/gasto-publico-eficiente/>.
- LOPREATO, F. L. C. (2002). *O colapso das finanças estaduais e a crise da federação*. São Paulo: Editora Unesp/IE. Unicamp.
- LOPREATO, F. L. C. (2000). O endividamento dos governos estaduais nos anos 90. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 9, n. 2, (15), dez. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=513&tp=a>.

- LOPREATO, F. L. C. (2008). *Problemas de gestão da dívida pública brasileira*. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia. (Texto para Discussão, n. 139). Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1769&tp=a>.
- LOPREATO, F. L. C. (2012) Milton Friedman e a efetividade da política fiscal. Unicamp. Instituto de Economia, 2012. (Texto para Discussão, n. 209). Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3199&tp=a>
- LOPREATO, F. L. C. (2013). *Caminhos da Política Fiscal do Brasil*. Editora UNESP, 2013. Maiores informações <http://www.editoraunesp.com.br/catalogo/9788539304608%20%20%20%20,caminhos-da-politica-fiscal-brasileira>.
- MARINHEIRO, C.J.F. (1996). *O Teorema da Equivalência Ricardiana*: discussão teórica. Coimbra: Universidade de Coimbra. (Estudos do GEMF, n. 3). Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=5&ved=0CC4QFjAA&url=http%3A%2F%2Fgemf.fe.uc.pt%2Fworkingpapers%2Fpdf%2F1996%2Fgemf96_3.pdf&ei=Mg6WU4DHFknD8QHBqYQCQA&usg=AFQjCNG0MqbWpA8RRot8IFNbhHh01HFOIg&bvm=bv.68693194,bs.1,d.cGU.
- MELO, M.; PEREIRA, C.; SOUZA, S. (2010). *The Political Economy of Fiscal Reform in Brazil*. Inter-American Development Bank – IDB. (Working Papers Series, n. 117). Disponível em: <http://www.iadb.org/document.cfm?pubDetail=1&id=35083983>.
- MENDES, M. (2008). *Sistema Orçamentário Brasileiro*: Planejamento, Equilíbrio fiscal e Qualidade do Gasto Público. Brasília: Consultoria Legislativa do Senado Federal. Fev. (Textos para Discussão, n. 39). Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww12.senado.gov.br%2Fpublicacoes%2Festudos-legislativos%2Ftipos-de-estudos%2Ftextos-para-discussao%2Ftd-39-sistema-orcamentario-brasileiro-planejamento-equilibrio-fiscal-e-qualidade-do-gasto-publico&ei=1RGWU_rHFMWa8gHukYCoBw&usg=AFQjCNHpaChV_wHu8SjfDpaRY4wPN2zGyg&bvm=bv.68693194,bs.1,d.cGU&cad=rja.
- MINSKY, H. (2010). *Estabilizando uma economia instável*. São Paulo, Novo Século.
- MUSGRAVE, A.; MUSGRAVE, P. (1980). *Finanças Públicas*: Teoria e Prática. São Paulo: Editora Campus/USP.
- NASCIMENTO, E. R.; DEBUS, I. (2002). *Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal*. Brasília, DF: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.fazenda.gov.br%2Farquivos-economia-servicos%2Fentendendo-a-lei-de-responsabilidade-fiscal&ei=jhKWU-moDfCK8gHI9IDYDQ&usg=AFQjCNGUm3O6kDUX0A1zU2208_4pM303dw&bvm=bv.68693194,bs.1,d.cGU.
- NUNES, S.P.- NUNES, R. C. (s.d.). *O Processo Orçamentário na Lei de Responsabilidade*: Instrumento de planejamento. Brasília. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uberaba.mg.gov.br%2Fportal%2Facervo%2Forcamento%2Fboletins%2FO_Processo_orcamentario_na_LRF_instrumento_de_planejamento.pdf&ei=_BKWU9r8HqaO8gHZuoGgBQ&usg=AFQjCNFX5uR3tZbH1xw3hHMAih2Mxl9Glw&bvm=bv.68693194,bs.1,d.cGU&cad=rja.
- OECD. (2005). *The Value Added Tax*: experiences and issues. Disponível em: <http://www.itdweb.org/vatconference/Documents/VAT%20-%20EXPERIENCE%20AND%20ISSUES.pdf>.
- OLIVEIRA, F.A (1991). *A Reforma Tributária de 1966 e a Acumulação de Capital no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Oficina de Livros.
- OLIVEIRA, F. A. (2010). Evolução da Estrutura Tributária e do Fisco Brasileiro: 1889-2009. In: CASTRO, J.A.; SANTOS, C.H.; RIBEIRO, J.A.C. *Tributação e Equidade no Brasil*. Brasília. IPEA. P. 153-212. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ipea.gov.br%2Fagencia%2Fimages%2Fstories%2FFPDFs%2Flivros%2Flivros%2Flivro_tributacaoequidbrasil.pdf&ei=yROWU8C0FueZ8gG

Qg4HQcQ&usg=AFQjCNFYsXsNm9u4Xap47nQTPAJQVkuQ&bvm=bv.68693194,bs.1,d.cGU&cad=rja.

- OLIVEIRA, F.A. (2009). *Economia e Política das Finanças Públicas no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec. (Coleção Economia e Planejamento).
- PRADO, S. (2003). Distribuição intergovernamental de recursos na Federação brasileira. In: RESENDE, F.; OLIVEIRA, F. (Org.). *Descentralização e Federalismo Fiscal no Brasil: desafios da Reforma Tributária*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer.
- REZENDE, F. (2009). *A Reforma Orçamentária e a Eficiência Fiscal*. IPEA, fev. (Textos para Discussão, n. 1392). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1392.pdf.
- SANTOS, C.H. (2010). Um Panorama das Finanças Públicas Brasileiras 1995/2009. In: CASTRO, J.A.; SANTOS, C.H.; RIBEIRO, J.A.C. (Org.). *Tributação e Equidade no Brasil*. Brasília. IPEA, p. 19-65. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ipea.gov.br%2Fagencia%2Fimages%2Fstories%2FPDFs%2Flivros%2Flivros%2Flivro_tributacaoequidbrasil.pdf&ei=rv-WU9CHCqf-8AHHy4DgDA&usg=AFQjCNFYsXsNm9u4Xap47nQTPAJQVkuQ&cad=rja.
- SANTOS, F. A. (2011), *A nova síntese neoclássica frente à crise econômica mundial: a volta da política fiscal?* Dissertação (Mestrado–Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/zeus/auth.php?back=http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000823493&go=x&code=x&unit=x>.
- SARGENT, T. J.; WALLACE, N. (1994). Some unpleasant monetarist arithmetic. *Federal Reserve Bank of Minneapolis Quarterly Review*, Fall 1981. Reimpresso em: MILLER, P. J. *The rational expectations revolution: readings from the front line*. MIT Press. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&sqi=2&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.minneapolisfed.org%2Fresearch%2Fqr%2Fqr531.pdf&ei=ygKXU8vWNKjO8wHA2YD4Aw&usg=AFQjCNEsxee5IbTqYVwNGBV950Xc7QX8Fg&bvm=bv.68445247,d.b2U&cad=rja>.
- SILVA, A. C. et al. (2009a). *A Dívida Pública – a Experiência Brasileira*. Brasília: STN. (Prêmio Tesouro Nacional). Disponível em: http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/divida_publica/downloads/livro/livro_eletronico_completo.pdf.
- TANZI, V. (2011). *Government versus Markets: The Changing Economic Role of the State*. Cambridge University Press.
- TANZI, V.; SCHUCKNECHT, L. (2000). *Public Expenditure in the 20th Century – a Global Perspective*. Cambridge University Press.

CE 593 – Economia Brasileira Contemporânea II

- ABRANCHES, S. Privatização, mudança estrutural e regulação: uma avaliação do programa de privatização no Brasil. In: VELLOSO, J.P.R. *A crise mundial e a nova agenda de crescimento*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- ALMEIDA, J. Alcance e lacunas da nova Política Industrial. Campinas: Unicamp. Instituto de Economia, 2012. (Texto para Discussão, n. 196). Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3153&tp=a>.
- ARIDA, P.; RESENDE, A.L. Inflação Inercial e Reforma Monetária: Brasil. In: ARIDA, P. (Org.) *Inflação Zero: Brasil, Argentina e Israel*. Ed. Paz e Terra, 1986.
- ARIDA, P. Mecanismo Compulsório e Mercado de Capitais: propostas de política econômica. In: BACHA, E. & OLIVEIRA FILHO, L.C. *Mercado de Capitais e Crescimento Econômico: lições internacionais, desafios brasileiros*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.
- AMITRANO, C. O modelo de crescimento da economia brasileira no período recente: condicionantes, características e limites. *Política Econômica em Foco*, Campinas, Unicamp. IE, Cecon, 2006. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v2/items/view/250>.

- BACHA, E. *O futuro da indústria no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- BACHA, E. Plano Real: uma avaliação. In: MERCADANTE, A. (Org.). *O Brasil pós-real: a política econômica em debate*. Campinas: Unicamp. IE, 1997.
- BAER, M. (1993). *O Rumo Perdido: a crise fiscal e financeira do Estado Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, cap. 4.
- BAER, M. Sistema financeiro internacional: oportunidades e restrições no financiamento do desenvolvimento. *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 42, jul. 1995.
- BARBOSA, N.; PEREIRA, S. A inflexão do governo Lula. In: SADER, E.; GARCIA, M. (orgs.). *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: SADER, E. *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BARROS, J.R.M.; GOLDENSTEIN, L. Avaliação do processo de reestruturação industrial brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 17, abr./jun. 1997.
- BARROS, L.C.M. A moeda indexada: uma experiência brasileira. *Economia e Sociedade*, Campinas, Unicamp. IE, n. 2, ago. 1993. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=405&tp=a>.
- BARROS, R.P. et al. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, jun. 2001. (Texto Para Discussão, n. 800). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4049.
- BATISTA Jr., P.N. Formação de capital e transferência de recursos ao exterior. *Revista de Economia Política*, v. 7, n. 1, jan./mar. 1987.
- BATISTA JR., P.N. O Plano Real à Luz das Experiências Mexicana e Argentina. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, n. 28, set./dez. 1996. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000300007&lng=en&nrm=iso.
- BELLUZZO, L.G.; ALMEIDA, J.S. (1992). A crise da dívida e suas repercussões sobre a economia brasileira. In: BELLUZZO; BATISTA Jr. (Orgs.). *A luta pela sobrevivência da moeda nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BELLUZZO, L.G.; ALMEIDA, J.S. (2002) *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BIANCARELI, A. *Uma nova realidade do setor externo brasileiro em meio à crise internacional*. Campinas: Unicamp. IE. Cecon, 2012. (Texto para Discussão, Rede D. IE-Unicamp, n. 13).
- CANO, W. *A desindustrialização no Brasil*. Campinas: Unicamp. IE, 2012. (Texto para Discussão, n. 200). Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3183&tp=a>.
- CARNEIRO, R. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Ed. Unesp/IE-Unicamp.
- CARVALHO, C. E. Finanças públicas e estabilização no Plano Real: uma reinterpretação. In: *Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política*, Uberlândia, 2004.
- CARVALHO, C.E. *Bloqueio de Liquidez e Estabilização*. O Fracasso do Plano Collor. Tese (Doutoramento)–Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. cap. 1 (itens 1.2 e 1.3) e cap. 4. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000110152>.
- CASTRO, A. B.; SOUZA, F. E. P. de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, cap. I, itens 3-4.
- CASTRO, A. B. de; SOUZA, F.E.P. de. O saldo e a dívida. *Revista de Economia Política*, v. 8, n. 2, abr./jun. 1988.
- COUTINHO, L.; BORGES, B.L. A Consolidação da Estabilização e o Desenvolvimento Financeiro do Brasil. In: FERREIRA, F.M.R.; MEIRELLES, B.B. *Ensaio sobre Economia Financeira: A Experiência Brasileira*. Rio de Janeiro: BNDES, 2009. Disponível em: <http://www.passeidireto.com/arquivo/3531500/ensaio-sobre-economia-financeira---livro--bndes>.

- COUTINHO, L.; FERRAZ, J.C. (coord.). *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, Papirus, 1994. parte I, cap. 5.
- COUTINHO, L. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: VELLOSO, J.P.R. (org.) (1997). Disponível em: <http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/a-Especializa%C3%A7%C3%A3o-Regressiva-Um-Balan%C3%A7o-Do/30947924.html>.
- DAVIDOFF CRUZ, P. Endividamento externo e transferência de recursos reais para o exterior: os setores público e privado na crise dos anos 80". *Revista Nova Economia*, UFMG, v. 4, n. 1, ago. 1995. Disponível em: <http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/novaeconomia/article/view/2287/1232>.
- DEDECCA, C.S. A redução da desigualdade no Brasil, uma estratégia complexa. In: BARROS, R.P; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2007.
- DELFIN NETO, A. O Plano Real e a armadilha do crescimento econômico. In: MERCADANTE, A. (Org.). *O Brasil pós-real: a política econômica em debate*. Campinas: Unicamp. IE, 1997.
- FARHI, M. O impacto dos ciclos de liquidez no Brasil: mercados financeiros, taxa de câmbio, preços e política monetária. *Política Econômica em Foco*, Campinas, Unicamp. IE. Cecon, n. 7, nov. 2005/abr. 2006.
- FILGUEIRAS, L. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo, 2000, cap. 3 e 4
- FIORI, J. L. Reforma ou Sucata. O dilema estratégico do Setor Público Brasileiro. *Revista Nova Economia*, UFMG, v. 3, n. 1, 1993. Disponível em: <http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/novaeconomia/article/view/2307>
- FRANCO, G. *O desafio brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda*. São Paulo: Ed. 34, 1999, cap. 2, p. 67-73.
- FRANCO, G. *O Plano Real e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, cap. 3.
- FREITAS, M.C.P.; PRATES, D.M. Abertura Financeira no Governo FHC: impactos e consequências. *Economia e Sociedade*, Campinas, Unicamp. IE, v. 10, n. 2 (17), dez. 2001. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=530&tp=a>.
- GONÇALVES, R. *Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2002, cap. 5.
- HOFFMANN, R. Queda da Desigualdade da Distribuição de Renda no Brasil, de 1995 a 2005, e Delimitação dos Relativamente Ricos em 2005. In: BARROS, R.P; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2007.
- IPEA. *Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil*. Brasília: IPEA, 2006. (Nota Técnica).
- LAPLANE, M.; SARTI, F. Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90. *Economia e Sociedade*, Campinas, Unicamp. IE, v. 6, n. 1 (8), jun. 1997. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=458&tp=a>.
- LAPLANE, M. et al. Internacionalização e vulnerabilidade externa. In: LACERDA, A. C. (Org.). *Desnacionalização: mitos, riscos e desafios*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.
- LAPLANE, M.F.; SARTI, F. Prometeu Acorrentado: o Brasil na indústria mundial. *Política Econômica em Foco*, Campinas, Unicamp. IE. Cecon, n. 7, nov. 2005/abr. 2006.
- LOPES, F. *O Choque Heterodoxo*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1986, cap.18.
- LOPREATO, F.L.C. Política Fiscal: mudanças e perspectivas. *Política Econômica em Foco*, Campinas, Unicamp. IE, Cecon, n. 7, nov. 2005/abr. 2006.
- LOPREATO, F.L.C. Um olhar sobre a política fiscal recente. *Economia e Sociedade*, Campinas, Unicamp. IE, v. 11, n. 2 (19), jun. 2002. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=545&tp=a>.
- LOPREATO, Francisco Luiz C. Novos tempos: política fiscal e condicionalidades pós-80. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 125-154, jan./jun. 2004.

- MACEDO CINTRA, M.A. Crédito Público e Desenvolvimento Econômico: In: FERREIRA, F.M.R.; MEIRELLES, B.B. *Ensaio sobre Economia Financeira. A Experiência Brasileira*. Rio de Janeiro: BNDES, jun. 2009.
- MACEDO e CINTRA, M.A. Suave Fracasso: La Política Macroeconómica Brasileña entre 1999-2005. In: COUTINHO, L. et al. (Org). *Economía brasileña contemporânea*. Espanha: Ed. Marcial Pons, 2008.
- MATTOSO, J.; POCHMANN, M. Mudanças estruturais e o trabalho no Brasil dos anos 90. *Economia & Sociedade*, Campinas, Unicamp. IE, v. 7, n. 1 (10), p. 224-238, jun. 1998. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=478&tp=a>.
- MODENESI, A.M. *Regimes Monetários*. São Paulo: Editora Manole, 2005, cap. 6.
- MODIANO, E. A ópera dos três cruzados. In: ABREU, M. (1989). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1990.
- MOREIRA, M.M. A indústria brasileira nos anos 90: o que já se pode dizer. In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M.M. *A economia brasileira nos anos 90*. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.
- MOREIRA, M.M. Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo. *Revista de Economia Política*, v. 17, n. 2, abr./jun., 1997, itens 1, 2 e 3.
- PASTORE, A.C.; PINOTTI, M.C. Câmbio e inflação. In: VELLOSO, J.P.R. (Org.). *O Real e o futuro da economia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.
- PASTORE, A.C.; PINOTTI, M.C. Globalização, fluxos de capitais e regimes cambiais: reflexões sobre o Brasil. *Estudos Econômicos*, USP. FEA, v. 30, n. 1, 2000.
- PASTORE, A.C.; PINOTTI, M.C. Inflação e estabilização: algumas lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, v. 53, n. 1, jan./mar. 1999.
- PEREIRA, L.C.B.; NAKANO, Y. Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade. *Revista de Economia Política*, v. 22, n. 3, jul./set. 2002.
- POCHMANN, M. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir. (Org.). *10 Anos de Governos Pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- PRADO, S. Duas décadas de privatização: um balanço crítico. *Economia e Sociedade*, Campinas, Unicamp. IE, n. 10, jun. 1998.
- PRATES, D.M. A inserção externa da economia brasileira no governo Lula. In: CARNEIRO, R. M. *A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- PRATES, D.M. Os Determinantes das Taxas de Câmbio Nominal e Real no Brasil no período 2003-2007. In: FERREIRA, F.M.R. & MEIRELLES, B.B. *Ensaio sobre Economia Financeira. A Experiência Brasileira*. BNDES, 2009
- RESENDE, A. L. A Moeda Indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial. In: REGO, J.M. (Org.). *Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SABÓIA, J.M. O salário mínimo e seu potencial para a melhoria da distribuição de renda. In: BARROS, R.P; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*, Brasília: IPEA, 2008.
- SARTI, F.; HIRATUKA, C. *Perspectivas do investimento na indústria*. Rio de Janeiro: Synergia, 2010, v. 2, cap. 1.
- SOUZA, F.E.P. de. A redução da vulnerabilidade externa: dilemas, custos e alternativas. In: LEITE, A.D.; VELLOSO, J.P.R. (Org.). *O Novo Governo e os Desafios do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 2002.
- TAVARES, M. da C. A economia política do Real. In: MERCADANTE, A. (Org.). *O Brasil pós-real: a política econômica em debate*. Campinas: Unicamp. IE, 1997.
- TAVARES, M. da C.; BELLUZZO, L.G. *Uma Reflexão sobre a Natureza da Inflação Contemporânea*. Rio de Janeiro: UFRJ. IE, 1984. (Texto para Discussão, n. 65).
- VAZQUEZ, D. et al. Política econômica e política social no Brasil nos anos 1990: possibilidades, limites e condicionantes. *Economia e Sociedade*, v. 13, n. 2 (23), jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=573&tp=a>.

- PASTORE, A.C.; PINOTTI, M.C. Globalização, fluxos de capitais e regimes cambiais: reflexões sobre o Brasil. *Estudos Econômicos*, USP. FEA, v. 30, n. 1, 2000.
- PASTORE, A.C.; PINOTTI, M.C. Inflação e estabilização: algumas lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, v. 53, n. 1, jan./mar. 1999.
- PEREIRA, L.C.B.; NAKANO, Y. Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade. *Revista de Economia Política*, v. 22, n. 3, jul./set. 2002.
- POCHMANN, M. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir. (Org.). *10 Anos de Governos Pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- PRADO, S. Duas décadas de privatização: um balanço crítico. *Economia e Sociedade*, Campinas, Unicamp. IE, n. 10, jun. 1998.
- PRATES, D.M. A inserção externa da economia brasileira no governo Lula. In: CARNEIRO, R. M. *A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula*. São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- PRATES, D.M. Os Determinantes das Taxas de Câmbio Nominal e Real no Brasil no período 2003-2007. In: FERREIRA, F.M.R.; MEIRELLES, B.B. *Ensaio sobre Economia Financeira. A Experiência Brasileira*. BNDES, 2009
- RESENDE, A. L. A Moeda Indexada: uma proposta para eliminar a inflação inercial. In: REGO, J.M. (Org.). *Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- SABÓIA, J.M. O salário mínimo e seu potencial para a melhoria da distribuição de renda. In: BARROS, R.P; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*, Brasília: IPEA, 2008.
- SARTI, F.; HIRATUKA, C. *Perspectivas do investimento na indústria*. Rio de Janeiro: Synergia, 2010.
- SOUZA, F.E.P. de. A redução da vulnerabilidade externa: dilemas, custos e alternativas. In: LEITE, A.D.; VELLOSO, J.P.R. (Org.). *O Novo Governo e os Desafios do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Ed. José Olympio, 2002.
- TAVARES, M. da C. A economia política do Real. In: MERCADANTE, A. (Org.). *O Brasil pós-real: a política econômica em debate*. Campinas: Unicamp. IE, 1997.
- TAVARES, M. da C.; BELLUZZO, L.G. *Uma Reflexão sobre a Natureza da Inflação Contemporânea*. In: REGO, J. M. (Org.). *Inflação inercial, teorias sobre inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- VAZQUEZ, D. et al. Política econômica e política social no Brasil nos anos 1990: possibilidades, limites e condicionantes. *Economia e Sociedade*, v. 13, n. 2 (23), jul./dez. 2004. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=573&tp=a>.